



GT 53. Índios em cidades e cidades indígenas

Coordenador(es):

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Ricardo Ventura Santos (FIOCRUZ)

Debatedor/a: José Carlos Matos Pereira (CBAE/UFRJ)

O tema da migração ou mobilidade indígena para centros urbanos, com as transformações cosmológicas, organizacionais e identitárias nele implicadas é matéria de interesse crescente na antropologia produzida nos EUA, na América Latina e no Brasil. Depois dos primeiros trabalhos sobre o tema na década de 1960, com Cardoso de Oliveira, e na década de 1980 com seus orientandos, o tema praticamente saiu da pauta da antropologia feita no Brasil, para só ser retomado duas décadas depois, em larga medida sob o impacto dos dados produzidos em escala nacional com a introdução da categoria “indígena” na lista de opções de auto-atribuição na pergunta sobre cor ou raça dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Neles registrou-se não apenas um crescimento da população auto-atribuída indígena de praticamente 100% da primeira para a segunda década, como também que esta população estava dividida em proporções praticamente iguais entre áreas rurais e urbanas. Isso impulsionou tanto os estudos demográficos e etnográficos sobre indígenas em situações urbanas, quanto vem renovando o diálogo interdisciplinar. Este GT tem por objetivo reunir trabalhos sobre a situação dos índios em cidades, com a expectativa de construir um panorama sobre o tema, suas abordagens e pautas de trabalho.

Entre a Venezuela e o Brasil: algumas reflexões sobre as migrações Warao

Autoria: Marlise Rosa (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro), Pablo Quintero (PPGAS/UFRGS)

Provenientes da região caribenha do delta do Rio Orinoco, os Warao, de acordo com o último Censo Nacional Indígena realizado em 2011, são a segunda maior população indígena da Venezuela com aproximadamente 49 mil indivíduos. São descritos pela literatura histórica, antropológica e arqueológica como um grupo étnico com características sedentárias, que, em virtude de diferentes intervenções estatais e privadas no seu território de origem, iniciou um conjunto de ciclos migratórios para os centros urbanos, primeiro nos entornos do delta e, posteriormente, chegando até Caracas, capital do país. Em 2014, pela primeira vez, os Warao cruzaram a fronteira com o Brasil, ocasião em que foram deportados pela Polícia Federal de Boa Vista-RR. A partir de 2016, em decorrência da conjuntura política, econômica e social em que se encontra a Venezuela, esse novo ciclo migratório se estabeleceu e, atualmente, abrange inúmeras cidades das cinco regiões do Brasil. Neste work, portanto, desejamos: 1) apresentar uma reconstrução histórica da migração Warao para as cidades na Venezuela, demonstrando que não se trata de um grupo com modo de vida nômade; 2) refletir sobre a dinâmica da mobilidade Warao no Brasil, apontando as estratégias por eles adotadas e, também, algumas transformações sociais vivenciadas nesse curto período em que se encontram em outro país. Ao reconstruirmos episódios da história Warao na Venezuela e, agora, no Brasil, queremos demonstrar que, apesar de inseridos em relações de dominação, com uma trajetória marcada por desigualdades políticas, violências institucionais e autoritarismo de Estado, há resistência, bravura e múltiplas formas de agência.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: